

A Cidade *Um Depoimento*

Vítor Matias Ferreira*

Preâmbulo

Este texto não é um artigo, nem um ensaio, mas tão só um Depoimento. Expliquemos, então, a natureza deste registo. Depois de um período longo de pesquisa e de divulgação de reflexões em torno das cidades, foi editada uma publicação, em 2004, que designei de *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*¹, no qual parece muito óbvio não só o objecto em causa – a cidade, precisamente – mas também o modo como nessa altura avaliava esse mesmo objecto – relembrando, contudo, que aquele *fascínio* comportava, não só ao nível etimológico, um duplo significado contrastante de “encantamento”, mas também de “malefício”. Na apresentação desse livro, lembrei, então, que o facto de ter acabado por percorrer, não em termos cronológicos, mas em função de determinadas abordagens analíticas, boa parte daquele período de investigação sobre as cidades, se poderia estar perante um *testemunho* dessa mesma actividade académica e profissional. Mas não só. O sentimento forte de então levou-me igualmente a considerar que aquele produto publicado era também, em certa medida, um “testamento”, não como expressão de eventuais conotações necrológicas, mas talvez, glosando o poeta António Aleixo, como quem diz “este livro que vos deixo”!

Acontece, porém, que aquele mesmo ano da publicação acima referida coincidiu com a minha aposentação do ISCTE-IUL, depois de mais de trinta anos de ensino e de investigação. Isto significa que, desde então, deixou de haver situações particularmente estimulantes (nomeadamente, do lado da docência) para continuar as pesquisas sobre cidades². Claro que este objecto de fascínio não deixou de exercer, ao longo deste último período,

mais o seu “encantamento” do que eventuais “malefícios”, redireccionando-o, contudo, para outros domínios menos técnico-científicos e mais lúdicos e estéticos. Poder-se-ia concluir, portanto, que, em face do exposto, o mais sensato seria, pelo menos por agora, manter-me retirado destas andanças (como diria o Jorge de Sena). Mas três razões de peso levaram-me a regressar ao tema das cidades e, como veremos, regressar também ao anterior testemunho editorial.

Antes de mais, a vontade de partilhar, juntamente com os restantes autores, o simbolismo dos dez anos da revista *Cidades*, que agora se edita. Tendo sido um dos promotores desta publicação e seu director durante o período inicial, funções que retomei, depois de algum interregno, até ao momento actual, era um desafio irrecusável partilhar aquela mesma efemeridade. Para além disso, uma outra razão tem a ver com o tema central aqui em causa – a cidade, uma vez mais – que esteve na base dos convites à colaboração neste número da revista e que, como se pode constatar, foi largamente seguido pela generalidade dos autores. Realmente, esse tema – que, significativamente, corresponde ao próprio título da revista – foi abundantemente abordado ao longo destes dez anos de edição da revista. Finalmente, a última razão (mas não menos importante) relaciona-se com a edição da obra atrás referida, que, como se disse, pretendeu ser o meu testemunho daquele longo período de actividade académica, mas cuja divulgação teve vicissitudes várias (por motivos que não interessa aqui explicitar), situação que talvez justifique retomar, agora, alguns dos tópicos mais relevantes desse mesmo testemunho.

Assim, o que se segue apoia-se, fundamentalmente, em duas abordagens temáticas explicitadas

*Professor Emérito de Sociologia – ISCTE-IUL (aposentado). Contacto: matias.ferreira@sapo.pt.

¹ Cf. V.M.F. (2004), *Fascínio da Cidade. Memória e Projecto da Urbanidade*, Lisboa, Ler Devagar.

² Posteriormente à mencionada data, coordenei um projecto colectivo sobre uma área temática muito distinta – especificamente sobre Turismo Sustentável no Litoral Alentejano – em relação à qual, para além da realização de um Relatório final das pesquisas realizadas (de que se aguarda a eventual edição) foi publicado um artigo colectivo no número anterior (19) da revista *Cidades. Comunidades e Territórios*. Como se constata, a temática em causa é diametralmente distinta das reflexões em torno das cidades, no sentido aqui em depoimento.

na mencionada publicação. Sublinhe-se, contudo, que a escolha não foi aleatória. Realmente, das diversas perspectivas analíticas que integram o mencionado testemunho, duas delas corresponderam a relações “fascinantes” com o objecto abordado: antes de mais, uma de carácter ensaístico, reflectindo sobre esse “tipo ideal” de cidade (não só no sentido weberiano, mas também numa asserção “idealista” desse objecto) que podemos designar de *idades de água*; a segunda, mais de natureza empírica, focada na cidade de *Lisboa*, mas privilegiando, sobretudo, algumas das suas dimensões sociais e culturais. Significativamente, será sempre Lisboa a nossa referência principal, quer na sua condição de cidade de água e no “mar urbano e metropolitano” que a identifica, quer no seu manifesto e contraditório cosmopolitismo, inscrito, desde logo, na sua matriz original.

Cidades de Água – um tipo ideal de cidade

Se há uma alegoria urbana que me tenha fascinado, nestes já longos anos de reflexão sobre a questão urbana, essa alegoria reporta-se às Cidades de Água. Serão várias as razões para um tal fascínio, a mais evidente das quais será a decorrente da relação entre a terra e a água, ou, noutra linguagem, a da tensão entre a cidade e o mar. Duas entidades estreitamente relacionadas entre si, de tal forma que uma delas é condição da outra e reciprocamente. Em que cada uma dessas entidades só atinge a sua identidade material e simbólica naquela relação dialéctica com o seu par, cujo resultado é, assim, a produção de uma nova figura identitária. Permitam-me, então, que retome a argumentação, que não necessariamente o seu conteúdo, sobre o que noutro momento publiquei³.

Aparentemente, na dupla relação terrestre e aquática, a terra procura delimitar um território, que julga seu, e nessa definição de limites, a água é simultaneamente cúmplice e excluída daquela mesma delimitação. Mas só aparentemente – a invasão sensual, mas tantas vezes trágica, daquele território pela água que o limita, limita, precisamente, aquela delimitação. E transforma aquela relação da terra e da água numa tensão permanente, com uma frente frágil, ainda que efectivamente referenciadora, de-

corrente daquela mesma relação de cumplicidade. Por isso, aquela fragilidade é ambígua, ou antes, essa mesma fragilidade aparente, no seu imediatismo empírico, transfigura-se, qual paradoxo, naquela mesma força identitária, numa visão que a história e a cultura entretanto sedimentaram. Estamos assim perante uma dupla valência desse espaço dito de “fronteira”, em que a água envolve, delimita e seduz o território, mas também, como disse o poeta, onde “a terra acaba e o mar começa”... Inelutavelmente, surge como um espaço de conquista e de resistência, mas, curiosamente, é nela também que se jogam os traços sociais e culturais dos povos que aprenderam a viver uma estreita simbiose entre a terra e a água! Também por isso, aquela íntima valência terrestre e aquática, em específicos contextos urbanos, não deixa de estar presente, indelevelmente, na própria identidade e simbologia das cidades de água.

Íntima valência também, portanto, do ponto de vista da urbanidade. Não se trata do que ficou consignado com o termo generalizado de “urbanização” – decorrente das exigências políticas e económicas de um capitalismo marcado pela intensa e generalizada industrialização, primeiro, e mais tarde por uma difusa globalização económica e financeira – cuja lógica de conquista territorial sempre foi incompatível, por vocação, com o próprio “equilíbrio urbano”, instável que fosse, das cidades originárias. Trata-se antes, precisamente, da *urbanidade*, enquanto tal, como noutros momentos tivemos ocasião de comentar. Urbanidade, pois, cuja etimologia de “qualidade do urbano” nos permite sublinhar o que está em jogo nesta relação matricial das cidades, em particular das cidades de água. Deste modo, também do ponto de vista da urbanidade aquela dupla valência da terra e da água adquire uma simbologia identitária, ainda que ambígua – e ambígua, como vimos, desde logo em função da natureza dessa mesma relação, simultaneamente pacífica e conquistadora – perturbando, profundamente, a condição de uma “fronteira” que se quer, ao mesmo tempo, terrestre e aquática! Dupla valência, portanto, expressa ao fim e ao cabo naquela tensão entre a terra e a água e traduzida, ainda, na alegoria da feminilidade das cidades de água e da masculinidade do mar urbano...

À partida temos, pois, as *Cidades de Água*. Sabemos como a água constituiu um dos elementos

³ Este primeiro tópico sobre as *Cidades de Água* apoia-se na primeira parte da citada publicação, particularmente os dois capítulos iniciais.

iniciáticos da formação da maior parte das cidades. Por outro lado, consideramos, por vezes, a água como elemento da paisagem, mas temos dificuldade em a “imaginar” como componente integrante das cidades! E, no entanto, as frentes de água urbanas – as frentes ribeirinhas, como muitas vezes as consideramos, mas também enquanto frentes marítimas, em situações muito particulares como é o caso de Lisboa – constituem efectivamente os *paradigmas* das cidades de água, entendidas como cidades históricas (isto é, cidades de historicidade urbana e cultural), cuja frente urbana, marítima ou fluvial, assume um papel emblemático na estreita articulação entre a terra e a água. Em tais condições, as frentes de água urbanas de cidades históricas, marítimas ou fluviais, condensam e polarizam – exactamente devido àquela específica condição histórica e cultural – uma particularidade territorial, uma alegoria simbólica e uma dimensão cultural. Uma tal *pluralidade de sentidos* configura, assim, uma fronteira territorial, uma simbologia identitária e uma projecção histórica e cultural que, globalmente, caracterizam e identificam aquelas cidades de água. Pluralidade de sentidos, portanto, nesta tripla dimensão territorial, simbólica e histórico-cultural, apelando, por isso, a múltiplos sinais e referências, de complexidade acrescida.

Realmente, aquelas frentes de água urbanas, na sua exuberância empírica, não deixam de assumir de imediato o papel de uma *fronteira territorial*, a ser entendida, no entanto, não como um eventual obstáculo, mas como uma demarcação de territórios, para além da sua própria natureza material e dos respectivos processos de (re)construção social e política. Nessa específica condição, as áreas “transfronteiriças” polarizam formas contrastadas e identidades múltiplas, de tal modo que cada um dos respectivos territórios participa e integra a configuração identitária e simbólica do outro. Apresentando-se quase sempre como um eventual obstáculo físico, que não propriamente de ordem espacial, é contudo na articulação daqueles distintos territórios, em estado permanente de transição, que acaba por se reconfigurar aquela dita fronteira territorial. Por outro lado, “onde a terra acaba e o mar começa” não é (só) uma figura de retórica literária, sendo antes a expressão emblemática, *simbólica* precisamente, da natureza transfronteiriça daqueles mesmos territórios. As cidades históricas, marítimas ou fluviais, podem ter entrado em situações de crise

e de degradação por razões sobretudo de natureza económica, que não por “perca” definitiva da sua própria identidade histórica e cultural – exactamente porque essa dupla condição estrutura e *projecta* os traços referenciadores, patrimoniais, daquelas mesmas cidades históricas. As frentes urbanas das cidades de água polarizam, pois, uma simbologia identitária que parece estar para além das vicissitudes de ordem económica e política, não como uma suposta “essência” fundadora, mas antes como sedimentação histórica e cultural daquela específica tensão entre a terra e a água, entre a cidade e o mar.

Procurando ilustrar a referida pluralidade de sentidos, assinalemos então algumas cidades de evidente historicidade urbana e de assumida projecção patrimonial, na tentativa de referenciação das condições culturais e simbólicas daquele mesmo relacionamento matricial e interactivo. Veneza, Barcelona e Lisboa – a ordem é totalmente arbitrária e os exemplos poderiam ser alargados a outros casos, nomeadamente Amesterdão – assumem, sem dúvida, condições paradigmáticas dessas cidades de água e também, como veremos, de mar urbano, numa simbiose de identificação histórico-cultural onde a terra e a água se fundem e se confundem.

Lisboa, atlântica desde logo, é como uma personagem à beira de uma falésia, pronta a partir ou a chorar os que já partiram. Frágil condição: a sua projecção parece suscitar situações de eminente ruptura, como se tanto mar fosse de mais! Mas a sua situação de *finisterra*, que lhe confere uma forte marcação territorial, atlântica e mediterrânica (como veremos melhor adiante), acentua igualmente aquela fragilidade simbólica de partir ou de chorar – e sabemos como tantas dessas partidas são sinónimas de lamentos... Por isso, se naquela frente de mar a sua fragilidade fá-la hesitar entre “partir” (com a atracção atlântica) ou “ficar” (no enraizamento mediterrânico), esta mesma hesitação limita-se a sublinhar, de modo paradigmático, a própria *oscilação* portuguesa (ou lisboeta?) dos seus “estados de alma”, na ambivalência portanto das suas referências culturais e dos seus humores e amores, numa cumplicidade identitária entre uma auto-estima sempre precária e uma insegurança aparentemente feliz, corroída, no entanto, por uma velada e insinuante *saudade*! Em todo o caso, a pulção de partida, na imensidão atlântica, confronta-se com a atracção daquelas raízes culturalmente instituintes e, ao fim e ao cabo, de matriz mediterrânea.

Lisboa atlântica e mediterrânea, podemos então dizê-lo, tem pois esta ondulação de ir e de voltar, de partir e de ficar, onde são as “marés” (e há sempre mais marés...) que a identificam e a simbolizam numa incessante projecção histórica e cultural de abandono, de volúpia e de reconquista!

Barcelona, mediterrânea pois então, aconchega-se num *Mare nostrum* interino, mas sobretudo “uterino”, protector e fechado sobre si mesmo, numa “rambla” de ir e de voltar, na convicção de que o mundo, afinal, talvez não seja redondo! Mas aquela subtil feminilidade é ambígua: é realmente uma cidade, mas no seu imaginário é também uma nação! É uma cidade, mas na sua projecção é um mar que a encontra e a identifica! Realmente, se a cidade abraça o mar, este estende-lhe os braços fluviais numa cumplicidade envolvente. Por outro lado, as montanhas protectoras selam e reforçam a identificação histórica e cultural desta cidade de água – significativamente, tal como na cidade do Rio de Janeiro! Mas aqui entraríamos num outro contexto urbano, histórico e mesmo civilizacional.

Veneza, majestática, joga evidentemente com a história. O mar adriático que a circunda, foi espaço de conquista material e diplomática, espelhando também a especificidade urbana, única, de Veneza. Com um tal peso histórico e cultural, Veneza, hoje, olha-se naquele espelho adriático e a imagem que vê é bastante contraditória com aquela mesma especificidade patrimonial. Se a cidade parece recusar a ideia de se constituir como uma espécie de “museu urbano”, foi uma progressiva tendência museográfica – contrariando paradoxalmente aquela mesma vivência histórica e cultural – que tem vindo a tornar-se dominante, mas sobretudo a “mumificar” aquela mesma cidade. Por sua vez, a tranquilidade daquele mar e da lagoa que o ilustra é só aparente – a “*acqua alta*” que, tantas vezes, conquista a terra num movimento de quase submersão, subverte, realmente, a relação entre a cidade e o mar. O “isolamento”, majestático sem dúvida, de Veneza – de *isola*, ilha, mas também de *lamento*? – é a sua força aparente, mas inexoravelmente a sua perene fragilidade!⁴

Constatámos, então, que cada uma das cidades de água atrás referidas se envolve, intimamente,

em distintos espaços marítimos e oceânicos – o atlântico, o mediterrâneo e o adriático – sendo que uma tal intimidade terrestre e aquática haveria, necessariamente, de transfigurar a condição urbana de partida, projectando aquelas cidades, de modo indelével, num amplo e sumptuoso *mar urbano*... Regressamos assim à relação iniciática e cúmplice, anteriormente sublinhada, que envolve aquela tensão entre a terra e a água, entre a cidade e o mar. Precisamos, pois, de regressar a essa mesma condição, procurando indagar um pouco mais sobre o papel identitário e simbólico desse mar urbano na própria especificidade histórica e cultural daquelas distintas cidades.

Já vimos como Lisboa não é só uma cidade atlântica. Como cidade do Sul é, também, culturalmente mediterrânea (no próximo tópico voltaremos a esta duplicidade). Por outro lado, o imenso estuário que a protege, supera os seus limites citadinos, criando frentes de água num território de configuração mais ampla do que a cidade. Por isso, a dualidade fluvial e marítima desta cidade de água vai de par com a sua dupla condição urbana e metropolitana. Por outro lado, o seu posicionamento de *finisterra*, que atrás destacámos, transfigura-se curiosamente numa *centralidade* territorial, quando confrontada com aquela condição metropolitana. Contudo, é o estuário grandioso, qual mar “interino”, que acaba por lhe conferir essa polaridade espacial, com efeitos significativos no quadro mais amplo do ordenamento territorial nacional. Admitir, contudo, que aquelas frentes de água são simples (?) “frentes ribeirinhas” daquele estuário, confinadas por isso a uma visão predominantemente fluvial, constitui, realmente, uma menorização de um posicionamento que aquele estuário nunca teve, bem pelo contrário. Deste modo, Lisboa, enquanto cidade de água, só assume plenamente uma tal projecção naquele envolvimento marítimo, seja na sua frente atlântica, seja na frente estuarina do Tejo, que lhe acentua assim aquela condição de um “mar mediterrâneo” (na sugestiva designação de Cláudio Torres).

Barcelona, por outro lado, é menos ambivalente. A profunda intimidade entre a cidade e o mar fez convergir, numa mesma categoria histórica e cultural, a cidade de água e o seu mar urbano. Por isso, a

⁴ Ainda que sem correspondência histórica e geográfica, este *isolamento insular* transporta-nos para uma outra situação emblemática – neste caso, os Açores! E se esta insularidade atlântica determinou uma condição territorial e cultural muito específica no respectivo arquipélago, talvez que essa determinação jogue menos com o efectivo isolamento insular, mas mais com a força majestática da imensidão oceânica! Ou, como diria Vitorino Nemésio (1956), “só o mar é eterno, as ilhas são efémeras”.

requalificação urbana da frente de água daquela cidade, desenvolvida nos últimos anos – tantas vezes citada e copiada entre nós (nos seus efeitos finais, que não, propriamente, na sua metodologia política e urbana!), que haveria de encerrar a avaliação daquela operação urbana na sua própria *vulgata*, enquanto discurso meramente ideológico – mas aquele *projecto de cidade* para Barcelona (para citar uma das ideias força daquela mesma metodologia), mais não fez do que *renaturalizar* aquela íntima relação urbana e marítima, longa e artificialmente “divorciada” pela indústria, pelo porto, pela própria urbanização... Por isso, em relação a Barcelona, não se sabe bem se foi o mar que “entrou” na cidade ou se é a cidade que *habita* aquele mar! É certo que a topografia do lugar aprofunda aquele relacionamento – e daí o papel “protector” das montanhas de Montjuïc e do Tibidabo, acolhendo e consolidando aquela intimidade. Mas não só. A progressiva e profunda sedimentação urbana e cosmopolita (passe a aparente redundância!) de Barcelona é, pois, em última análise, profundamente indissociável da própria história e da cultura associadas àquele mar mediterrâneo!

Por outro lado, Veneza, tal como já sublinhámos, é uma cidade única! Curiosamente, foi nela que, pela primeira vez, nos confrontámos com esta enunciação das cidades de água. Realmente, esta é uma cidade que se projecta, desde as suas origens, como uma cidade marítima, no que isso pressupõe, desde logo, uma profunda configuração entre a cidade e o mar. E toda a sua história urbana está marcada por essa condição, nomeadamente por uma tensão permanente de conquista e de defesa entre a cidade e o mar – a célebre Lagoa de Veneza, na qual a cidade se encontra inserida, constitui o “território” por excelência daquela permanente tensão. Aqui, a nossa figura literária “onde a terra acaba e o mar começa”, não tem qualquer sentido, simbólico que seja. A própria distinção entre a terra e o mar é totalmente artificial, antes de mais para os próprios venezianos. Se há lugar para invocar, simultaneamente, uma cidade de água e um mar urbano, esse lugar será sem dúvida Veneza!

Constatamos, assim, que a trilogia analítica de partida, configurando as cidades de água na sua estreita tensão com os respectivos mares urbanos, assume então, julga-se, contornos mais nítidos.

E poderíamos sintetizar, destacando que é em torno dessa mesma trilogia – que, recorde-se, se processou desde logo através de uma fronteira territorial, mas também delineando um determinado perfil simbólico e estabelecendo uma correspondente projecção histórico-cultural – que são então tecidos os laços identitários e patrimoniais das frentes de água urbanas de cidades históricas e, portanto, das próprias cidades de água. Por isso, tais cidades polarizam necessariamente processos de confronto cultural e de referenciação simbólica, mas também territorializada, decorrentes daquela específica condição urbana.

Lisboa, cidade de água metropolitana

Lisboa, vimos atrás, apresenta-se como uma *Cidade de Água*, na sua estreita relação com o mar urbano que lhe esteve na origem e que, precisamente por isso, lhe conferiu uma identificação muito particular. Esta mesma condição, por força da sua materialidade e pelo *projecto* identitário que representa no imaginário urbano e metropolitano de Lisboa, constitui, sem dúvida, um elemento de caracterização e de tipificação (enquanto “tipo ideal” de cidade) da capital do país. Uma tal materialidade imagética, permite-nos sustentar que aquele mar urbano, que identifica e que simboliza esta “cidade de duas margens”, institui, de algum modo, um dos próprios fundamentos do *imaginário* da Metrópole de Lisboa⁵.

Mas a cidade de água de Lisboa tem, ainda, uma dupla vertente histórica e cultural, na medida em que ela se constituiu, simultaneamente (?), como uma cidade atlântica, ainda que de matriz mediterrânea. Tais componentes, sobretudo de ordem histórica e geográfica, conferem à cidade de Lisboa um quadro societal bastante heterogéneo, agregando, desse modo, numa “mistura” complexa, múltiplos e variados comportamentos individuais, distintos modos e estilos de vida social e diferenciadas referências culturais, que no referido *magma societal* acabam por se assumir como bastante atípicos para qualquer um dos respectivos modelos de civilização urbana, tomados isoladamente.

À partida, Lisboa apresenta-se, realmente, como uma *cidade atlântica*, sobretudo tendo em conta a sua centralidade na frente oeste, oceânica, do

⁵ Este último tópico segue de perto algumas das ideias inscritas no *Posfácio* da obra do autor atrás referenciada.

país. Aqui joga fundamentalmente a geografia e, de algum modo, também a geopolítica. Mas Lisboa, ainda que de modo mais difuso, é igualmente uma *cidade mediterrânica*, pelo seu clima, pela sua luz e, sobretudo, pela sua cultura. Uma tal percepção é mais evidente na subtileza dos seus materiais e das suas cores, no delineado do edificado e do tecido urbano, na confecção dos seus sabores e na oscilação dos seus humores, enfim, muito mais visível na própria cultura material do que no quadro dos comportamentos sociais, demasiado “confundidos” e em parte integrados nos fluxos permanentes de “outras gentes”, dada a grande abertura cultural da cidade ao exterior e aos forasteiros.

Mas donde vem, então, esta dupla condição societal urbana, histórica e cultural – numa dialéctica desigual, certamente – veiculada pelo que poderíamos considerar como uma certa “dominação” atlântica, mas também, num outro plano, pelo que sem dúvida constitui uma espécie de “resistência” mediterrânica? No contexto nacional e tendo em conta o próprio quadro civilizacional e cultural em que ele se insere, é possível registar uma demarcação territorial bastante precisa, que como é óbvio não é exclusivamente de ordem física, entre o norte e o sul do país continental. É uma tal demarcação que nos permite sustentar a influência de uma cultura atlântica, sobretudo no norte do país, enquanto que, no sul, uma tal influência se reporta, predominantemente, a uma cultura mediterrânea, sobretudo de origem islâmica. Historiadores, como José Mattoso, geógrafos, como Orlando Ribeiro, arqueólogos como Cláudio Torres, entre outros, ajudam-nos a estabelecer aquela demarcação, colocando a cidade de Lisboa, de certo modo, num espaço central de *mediação* entre aquela dupla influência civilizacional. A este nível, portanto, tais influências foram plasmadas, certamente, pelas respectivas componentes religiosas, o que levou José Mattoso a afirmar que aquela demarcação, não implicando uma diferenciação exclusiva, ficou marcada por duas importantes formações político-religiosas, a cristã e a islâmica e, mais tarde, também pela formação judaica (J. Mattoso *et al.*, 1992). E muito embora, ainda segundo o mesmo autor, a partir de 1147, com a Reconquista de Lisboa aos Árabes, aquelas influências religiosas se tenham podido alargar para outras crenças, sabemos que, ao fim e ao cabo, a religião judaico-cristã acabará por ser dominante, ainda que com

gradações de certo modo distintas, a norte e a sul do país continental.

Trata-se, pois, de uma demarcação com profundas raízes culturais e civilizacionais e cuja expressão geográfica aparece relativamente bem delineada. Orlando Ribeiro estabeleceu com rigor essa demarcação que, sob o ponto de vista físico, desenha uma “fronteira” oblíqua em pleno centro do continente português, ao longo do rio Mondego. Realmente, “o Mondego pode considerar-se o limite entre as duas regiões assim demarcadas. Ao Sul deste rio, o domínio árabe foi mais duradouro e profundo, a reconquista mais tardia e lenta: aqui começa o Portugal feito já em parte pelos portugueses do Norte, que deles tomou as instituições, os usos, a língua e algumas tintas de uniformidade. Contraste de civilização, contraste de clima e de paisagens” (O. Ribeiro, 1945, 90). Em páginas anteriores, o autor era ainda mais explícito quando afirmava que “o contraste entre as serranias e fundos vales do norte e os monótonos plainos meridionais condiciona duas vocações humanas. De um lado, o isolamento e o localismo de uma população densa, ensimesmada e esparsa, onde apenas se inscreve uma forte acção histórica – a romana; do outro, caminhos fáceis e abertos, gente pouco numerosa em grandes núcleos afastados. Foi sempre aqui a larga porta de entrada de todas as influências culturais mediterrâneas (...)” (*op. cit.*, 86). E, sem dúvida, acrescentaríamos nós, Lisboa não deixou de constituir uma dessas portas de *entrada*, não só daquela influência mediterrânea, mas, ao fim e ao cabo, daquela dupla corrente civilizacional!

Esta mesma constatação vai ao encontro do posicionamento apresentado pelo historiador e arqueólogo Cláudio Torres, ao acentuar, no quadro dos encontros mas também dos desencontros de diversas civilizações, um conjunto significativo de consequências da demarcação territorial acima mencionada, mas agora no próprio contexto da Península Ibérica. Assim, aquele maciço montanhoso “que muitos geógrafos romanos chegaram a imaginar como um prolongamento dos Pireneus” (...) define uma grande fronteira natural entre o Norte e o Sul da Península Ibérica. É uma barreira (...) atravessada em quatro pontos principais, abertos desde sempre aos movimentos militares e às caravanas de almocreves”. E se cada uma destas “quatro grandes passagens-porto” irá constituir “a espinha dorsal das quatro nações medievais que decidirão o

futuro político da Península” (recordadas pelo autor como constituindo os reinos de Aragão, Castela, Leão e Portugal), aquela quarta e última passagem liga, precisamente, “os caminhos da Galiza à via de Lisboa-Santarém” (C. Torres, 1992, 364), estando assim na origem da formação do reino de Portugal.

Porta de “entrada”, “passagem-porto”, como não ver então Lisboa, enquanto espaço de polarização histórica e cultural, como *mediação* territorial daquela dupla influência civilizacional, atlântica e mediterrânica, em cujas origens ancestrais a geografia e a cultura terão tido, portanto, um papel determinante? Por outro lado, uma tal influência é largamente ilustrada através das “narrações” dos Cruzados Osberno e Arnulfo (cuja fiabilidade histórica não parece estar em causa), aquando da conquista de Lisboa, depois de uma longa permanência árabe, de mais de quatrocentos anos, nesse mesmo lugar (cf. C.M.L., 1936). Poderemos admitir, certamente, alguma fantasia testemunhal por parte daqueles depoimentos (por exemplo, quando são transcritos supostos diálogos entre os sitiados e os conquistadores), mas não interessando, para o que aqui está em causa, discutir esses graus de veracidade, as observações que acabam por ser relevantes são, precisamente, as que se reportam aos conteúdos culturais e civilizacionais daquele confronto (cuja leitura se aconselha vivamente). Nessa medida, aquelas “narrações”, enquanto referência documental e iconográfica, ajudam-nos a compreender a referida matriz de duas culturas originalmente bem distintas entre si, que embora não exclusivas, estão presentes em múltiplas formulações linguísticas, no quadro de valores, comportamentos e representações sociais, no domínio das crenças e dos “destinos”, enfim, numa simbiose cultural que, contudo, se torna hoje difícil destrinçar da sua matriz original.

Num tal contexto, aquelas múltiplas influências culturais exprimem-se, do ponto de vista social, de modo relativamente subtil, como já o afirmámos, estando profundamente interiorizadas algures num “inconsciente colectivo” de Lisboa. Ou, por outras palavras, em diversas zonas da cidade são, sobretudo, as “pedras”, isto é, o quadro edificado, o alinhamento das vias, o próprio tecido urbano, para além de uma infinidade de elementos ditos monumentais, que acabam por ilustrar aquelas diferenciadas influências culturais, de resto testemunhadas por sucessivas descobertas arqueológicas. Ao fim e ao

cabo e à semelhança do que referimos a propósito das supostas crises identitárias das cidades de água, também a este nível a ambivalência civilizacional atlântica e mediterrânica de Lisboa continua a alimentar a própria matriz cultural da cidade, para além de uma certa anomia do presente e de eventuais vicissitudes do seu futuro. Deste modo, Lisboa confronta-se com diversas “fronteiras” – *materiais*, naquela condição de finisterra; *simbólicas*, no paradigma das suas frentes de água oceânica, marítima e fluvial; *imaginárias*, nos processos identitários de uma cidade de “duas margens”, tal como temos vindo a destacar.

A voo de pássaro, Lisboa abre-se, assim, perante um mar imenso que lhe configura uma imagem global muito forte. Contudo, àquele nível, Lisboa é também, diz-se, uma “cidade branca”, instalada em sete colinas e coberta de casas “de várias cores”, no dizer do poeta Álvaro de Campos. A voo de pássaro, portanto, Lisboa surge assim como um amontoado de casas, rasgado pelos alinhamentos das ruas e unido pelos seus viadutos, num tecido de matizes brancas e atijoladas. Trata-se, curiosamente, de uma imagem *colorida*, porque a voo de pássaro, de resto a face mais aberta e visível presente na maior parte dos guias turísticos. Mas, por momento, os Corvos da Cidade (os símbolos emblemáticos de Lisboa) deixam de voar! É altura de corrigir a visão, sobrepondo aquelas perspectivas distintas e contrastadas. Uma tal imagem adequa-se melhor ao “passado glorioso” da cidade, mas também ao “realismo incerto” do presente de Lisboa, mais próximo, ao fim e ao cabo, do que pode vir a ser o seu futuro. Cidade Branca, Cidade Negra (ou vice-versa), numa alegoria urbana jogando, assim, com o “impressionismo romântico” de Alain Tanner (no século vinte) com a sua “cidade branca”, mas onde também parece surgir o “expressionismo realista” de George Sand (no século dezanove) com a sua “cidade negra”. Trata-se, realmente, de uma alegoria, dialogando assim, simultaneamente, com as duas faces de uma mesma condição urbana. São também as duas faces de Lisboa do ponto de vista social e urbanístico, duas faces contraditórias que fazem parte da *mesma* cidade. Deste modo, olhando a cidade com maior proximidade, as imagens são quase sempre mistas, vestidas de “branco” e de “negro”, simultaneamente.

É um facto que Lisboa mudou bastante nos últimos vinte anos. Mudou ao nível da sua estrutura

urbana, dos seus equipamentos, do quadro edificado em geral. Mas mudou também do ponto de vista da sua composição social e cultural, num processo estreitamente associado às mudanças económicas e políticas (do país e naturalmente também da sua capital). Tais transformações implicaram, portanto, importantes mudanças na composição social e cultural, nos comportamentos colectivos, nos modos de apropriação urbana, nos estilos de vida, nas relações culturais. Como é evidente, todo este *puzzle* de pessoas, de comportamentos, de movimentos e mesmo de “cores”, não é homogéneo do ponto de vista social, mas configura uma matriz em que se irão jogar significativas especificidades de ordem cultural, multiplicando e diferenciando atitudes individuais e colectivas, marcas identitárias, padrões de referência. Deste modo, a composição social e cultural dos habitantes, já não só da cidade, mas também da Metrópole de Lisboa, joga, simultaneamente, com uma condição *intersocial* e com uma projecção *multicultural*, cujo resultado final não deixa de contemplar, em cada momento, uma certa contraditoriedade ao nível social e mesmo alguma conflitualidade de ordem cultural.

Neste magma *intersocial* e *multicultural* espelham-se identidades, representações e imagens de Lisboa muito diversificadas, enquanto peças de um *puzzle* em permanente recomposição e que podemos explicitar, também para remate do presente depoimento, em torno de um tripla referência analítica. Concretamente, *o mar, a cidade e a metrópole*, ainda que relativamente genéricos na sua simples enunciação, parecem constituir três pólos de caracterização determinante, de algum modo já aludidos ao longo deste texto.

Desde logo, *o mar*. Não será necessário, certamente, retomar as observações anteriores sobre a condição, aparentemente paradoxal, de um rio tornado *mar*, não só pela sua projecção dita ribeirinha (numa visão demasiado localizada), mas ao fim e ao cabo efectivamente marítima, como também pelo seu papel aglutinador (ou estruturante, numa linguagem mais técnica) de uma cidade de “duas margens”. Com efeito, o carácter *impressivo* do estuário do Tejo, não tanto pelas suas dimensões, mas sobretudo pela sua assunção como um mar “interino” (e de algum modo também “uterino”, se tivermos em conta o seu papel na formação originária da cidade), constitui não só uma imagem muito forte de identificação de Lisboa, como se

projecta, de modo aberto ou subtilmente, no próprio imaginário da cidade, tal como sublinhámos. Um tal imaginário – que participa amplamente nos processos identitários e de representação dos lisboetas, materializável, nomeadamente, em formas literárias e poéticas, mas também em termos plásticos – joga numa dupla valência de referência, urbana e metropolitana. Deste modo, no primeiro caso, aquele “mar urbano” articula-se fortemente com a cidade, rompendo então, como vimos, os limites estreitos e simplesmente fluviais da respectiva zona ribeirinha, para se jogar plenamente naquelas frentes urbanas e marítimas. Num quadro identitário homólogo, a segunda valência decorre do referido papel aglutinador daquele estuário, constitutivo de um território de duas margens marítimas, conferindo, portanto, a essa imensa massa aquática, a condição de um “mar metropolitano” que como tal se projecta, qual utopia, no próprio imaginário da Metrópole de Lisboa!

O rio e o estuário do Tejo desdobram-se, assim, em diversas frentes urbanas e metropolitanas, mas sempre *frentes de água*, multiplicando as imagens da cidade e diferenciando social e culturalmente os modos de vivência e de apropriação desses espaços de “fronteira” identitária, porque de ambiguidade territorial, como de início destacámos. E vimos, então, como aqueles novos modos de apropriação das referidas frentes de água se conjugam, igualmente, com as mudanças registadas, nos últimos anos, nos estilos de vida urbana e nos sinais *exteriores* da vida cultural na cidade, num conjunto de efeitos circulares que, em última instância, acabam por sublinhar o carácter emblemático daquela íntima relação da terra com a água!

Mas as imagens urbanas de Lisboa e os seus jogos simbólicos, podem ainda ser referenciados, tal como sugerimos atrás, em relação à própria *cidade*, por mais difuso que possa ser um tal referente! De algum modo, poderíamos mesmo considerar uma tal afirmação como redundante, uma vez que são as próprias imagens da cidade que aqui estão em causa. Contudo, aquele referente assume pertinência, julga-se, se considerarmos a cidade ao nível *simbólico* do seu próprio enunciado, para além, portanto, dos seus limites territoriais, dos seus problemas sociais e urbanos, das suas contradições políticas. Numa tal referência simbólica, a cidade situa-se muito mais no quadro de um potencial imaginário *colectivo*, do que em imagens que ela

possa ter de si mesma, em grande medida parcelizadas, porque tendencialmente “localizadas”. Em certo sentido, é a este nível que mais se estreita e se confunde a relação entre as imagens da cidade e a simbólica urbana, num jogo tentador do que poderíamos designar de *imaginários simbólicos* de Lisboa. Estamos, portanto, no domínio do que já foi designado de “mitologia portuguesa”, que nos levaria directamente a Eduardo Lourenço, sem dúvida, nomeadamente a sua obra de 1999, que retoma e aprofunda anteriores reflexões, tendo ao fim e ao cabo “Portugal como Destino”.

Eis nos chegados, assim, a um último referente de discussão daquelas imagens da cidade e da simbólica urbana de Lisboa – e que se reporta, precisamente, à respectiva *metrópole*, em que aquele referente parece articular-se estreitamente com a própria dimensão política e ideológica dos diversos *projectos de cidade*, que no quadro daqueles imaginários simbólicos se projectam, realmente, na Metrópole de Lisboa. Sem aprofundar um tal debate (que procurámos desenvolver na obra citada) é de admitir uma multiplicidade de “projectos”, a par-

tir da construção e reconstrução (desconstrução?) de uma significativa e certamente heterogénea pluralidade de imaginários simbólicos que, desse modo, se projectariam, efectivamente, sobre aquele espaço metropolitano. Ao fim e ao cabo, o que aqui ficaria em discussão seria o próprio confronto entre aqueles *projectos urbanos* – a que não seria estranha a incidência de uma hipotética mitologia de Lisboa – enquanto proposições, também metafóricas, do futuro da cidade.

Referenciámos atrás o triângulo das identidades, representações e imagens da cidade e chegámos a uma outra trilogia, do mar, da cidade e da metrópole de Lisboa. De um certo ponto de vista, partimos da cidade, para, uma vez mais, chegarmos à Metrópole de Lisboa. E no entanto, havíamos constatado, desde o primeiro momento, não existir, propriamente, nem um local de partida, nem um espaço de chegada, mas, antes, uma pluralidade de percursos em *devir* permanente. Será que, apesar disso, no final deste depoimento, poderemos admitir, de algum modo, um *reencontro* com Lisboa, enquanto Cidade de Água Metropolitana?

Referências Bibliográficas

C.M.L. (1936), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações dos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cerco*, Lisboa, S. Industriais da Câmara Municipal de Lisboa.

LOURENÇO, Eduardo (1999), *Portugal como Destino seguido de Mitologia da Saudade*, Lisboa, Gradiva.

MATTOSO, José (dir.) (1992), *História de Portugal*, 1.º Vol., *Antes de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.

NEMÉSIO, Vitorino (1956), *Corsário das Ilhas*, Lisboa, Livraria Bertrand.

RIBEIRO, Orlando (1945), *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*, Coimbra, Coimbra Editora.

TORRES, Cláudio (1992), *O Garb-Al-Andaluz* in J. Mattoso, *op. cit.*, 1.º Vol. *Antes de Portugal*.